

## SOBRE A HABILIDADE DE EXERCER INFLUÊNCIA E USAR OS OUTROS: SEUS ASPECTOS PRUDENCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES MORAIS

**About the ability to exercise influence and use others:  
its prudential aspects and their moral implications**

Luís Gustavo das Mercês Muniz

Universidade Estadual de Campinas  
lgmmuniz@gmail.com

**Resumo:** Alguns intérpretes da filosofia prática kantiana fazem menção à prudência considerando-a, sobretudo, dentro de um aspecto específico referido por Kant, a saber: *a habilidade de exercer influência e fazer uso dos outros*. Porém, há uma leitura negativa dessa concepção de prudência por parte de alguns desses estudiosos, a qual não confere o devido valor e importância a esta habilidade. O objetivo deste artigo é discutir o significado desta concepção de prudência e mostrar, a partir de uma interpretação baseada nos textos kantianos, como a prudência tem um papel relevante no trato entre sujeitos, mas também como este aspecto ocupa um lugar importante no ensino antropológico kantiano e dentro de sua pedagogia. Mostramos que a prudência não deve ser confundida com a habilidade de enganar os outros. Mas, pelo contrário, a prudência deve ser tomada como uma habilidade importante para as relações humanas e mesmo fundamental na educação moral.

**Palavras-chave:** Kant; Prudência; Antropologia; Pedagogia; Moral.

**Abstract:** Some interpreters of Kantian practical philosophy mention prudence considering it mainly within a specific aspect referred to by Kant, namely: *the ability to exert influence and make use of others*. However, there is a negative reading of this conception of prudence by some of these scholars, which does not give due value and importance to this skill. The article aims to discuss the meaning of this conception of prudence and to show, from an interpretation of Kantian texts, how prudence plays an important role in the social intercourse between subjects, but also how this aspect occupies an important place in Kantian anthropological teaching and within your pedagogy. We have shown that prudence should not be confused with the ability to deceive others. On the contrary, prudence must be taken as an important skill for human relations and even fundamental in moral education.

**Keywords:** Kant; Prudence; Anthropology; Pedagogy; Moral.

### Introdução

Neste artigo discutimos uma concepção específica do conceito de prudência presente no texto kantiano. De acordo com a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* e com as *Lições de Antropologia*, a prudência pode ser compreendida e assim definida como uma habilidade de influenciar e dirigir os outros para propósitos pessoais. Esta mesma definição de prudência levou alguns dos intérpretes da pesquisa kantiana (Wood, 1991; Cohen, 2008; Wilson, 2013; Kain, 2003; Foot, 2001) a ter uma visão “negativa” e incompleta desta habilidade, assim como ainda hoje existe uma má

compreensão deste aspecto pragmático da prudência na filosofia prática de Kant. A prudência foi então tomada de forma equívoca enquanto uma mera forma de manipulação dos outros, além de ter sido dotada de um sentido completamente marginal e contrário aos propósitos da moralidade.

Assim, buscamos neste artigo desfazer este mal entendido e ressaltar a importância deste aspecto particular do conceito de prudência trazido por Kant. Para isso, (1) discutimos certa passagem kantiana, a qual tem sido alvo de interpretações equívocas, e mostramos a distinção entre inclinação e paixão, e a diferença entre prudência e a habilidade de enganar. Depois, (2) analisamos qual o sentido dado por Kant à característica da espécie humana que consiste em ocultar os próprios pensamentos e perscrutar os pensamentos alheios. Além disso, (3) também tentamos ressaltar como esta concepção de prudência se encontra no seio do ensino da antropológico pragmático kantiano. Por fim, (4) observamos porque a influência sobre os outros, protagonizada pela prudência, pode ter um uso especial na pedagogia e como isso pode ser útil na educação moral das crianças.

### **1. Sobre a distinção entre a inclinação de influenciar os outros e inclinação enquanto paixão de domínio sobre os outros**

Ao lermos o artigo de Allen Wood (1991), artigo este intitulado *Unsociable Socialbility: The Antropological Basis of Kantian Ethics*, encontramos um típico equívoco não raro entre aqueles que se pronunciam sobre a prudência na obra de Kant. O referido comentador trata a prudência não apenas como uma mera habilidade, mas também como se a mesma estivesse subordinada às paixões. Este tipo de interpretação produz, num certo sentido, uma alteração sobre o que Kant entendia por *Klugheit*, de modo que tal forma de interpretação acaba por afastar uma real compreensão deste conceito e habilidade, bem como de seu real papel dentro da filosofia prática kantiana e de sua filosofia moral. Assim, vejamos o que particularmente Wood afirma, com respeito a prudência, na seguinte passagem:

As paixões da cultura surgem da auto-presunção, que nos leva a buscar *status* entre nossos companheiros. Elas tomam três formas: desejo por poder, honra e propriedade. Todas três estão juntamente associadas com a “prudência”, a qual Kant define como “a capacidade de ter a inclinação dos outros homens em nosso poder, de modo que

possamos dirigir e determiná-los de acordo com nossos próprios propósitos; [isto é] quase o mesmo que possuir outros seres humanos como ferramentas de nossa vontade”. O verdadeiro objetivo dessas paixões, como das duas paixões naturais, é o poder, a dominação sobre os outros, seja pelo medo, pela opinião ou pelo próprio interesse (WOOD, 1991, p. 333, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Muitos são os sentidos que o conceito de prudência agrega na obra de Kant, mas aqui nos deteremos num sentido e numa interpretação específica, a qual se encontra em sua antropologia pragmática, conceito este mal compreendido na referida passagem. Em sua *Anth*, Kant faz menção à prudência numa parte intitulada *Da inclinação ao poder de ter influência sobre outros seres humanos em geral*. Nesta seção, Kant diz que esta inclinação “é a que mais se aproxima da razão técnico-prática, isto é, da máxima da prudência” (*Anth*, 7: 271). Neste aspecto, a prudência é tida como a capacidade que pode fornecer máximas para *exercermos influência sobre os outros*, influência esta que nos coloca a pergunta sobre se seu uso é uma conduta contrária à moralidade e se está associada às paixões. Para respondermos isto, nós devemos atentar *primeiro* para a importante observação e distinção que Kant faz entre por um lado esta inclinação e, por outro lado, quando a mesma inclinação se transforma em *paixão*. Quando olhamos para esta distinção, observamos que existe aí uma diferença essencial para entender o papel da prudência, pois como ele diz:

As inclinações para isso, quando se tornam paixões, são *ambição*, *desejo de dominação* e *cobiça*. Sem dúvida que aqui o homem é tapeado (enganado) por suas próprias inclinações, e no uso de tais meios perde seu fim-último; aqui, porém, não falamos de *sabedoria*, que não consente paixões, e sim apenas da esperteza [*Klugheit*] com que se podem manipular os tolos (*Anth*, 7: 271)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> “The passions of *culture* arise from self-conceit, which causes us to seek status among our fellows. They take three forms: the desires for power, honor, and property (IAG 20-21, VA 271-74). All three are closely associated with “prudence”, which Kant defines as “the capacity to get other men’s inclinations into our power, so that we can direct and determine them according to our own purposes; [this is] almost the same as possessing other human beings as tools of our will” (VA 271; cf. G 416, KU 172, KUI 200n). The real aim of these passions, as of the two natural passions, is power, domination over others, whether through their fear, their opinions, or their self-interest” (WOOD, 1991, p. 333).

<sup>2</sup> Todas as citações dos textos de Kant estão acompanhadas das siglas das obras seguindo a exigência da *Kant e-Prints* e o padrão referido no site <https://www.philosophie.fb05.uni-mainz.de>, as obras e as siglas referidas neste artigo são: *Anth*, Antropologia de um ponto de vista pragmático; *GMS*, Fundamentação da Metafísica dos Costumes; *RGV*, A Religião dentro dos limites da simples razão; *SF*, O conflito das Faculdades; *Päd*, Sobre a Pedagogia; *MS*, Metafísica dos Costumes; *V-NR/Feyerabend*, Lição de Direito Natural; *V-PP/Herder*, Filosofia Prática Herder; *V-Mol/Collins*, Lição de Ética Collins; *V-Anth/Mensch*, Lição de Antropologia Menschenkunde.

Notemos na referida passagem que existe uma distinção entre a inclinação de exercer influência por um lado, e, por outro lado, a transformação de tal inclinação em paixão. Além disso, observamos em *segundo* lugar, que Kant menciona a palavra *sabedoria*, a qual não consente paixões, mas que consente a existência das inclinações, mesmo a inclinação referida acima (de exercer influência) e a habilidade necessária para se fazer isso. A sabedoria não consente que o homem seja enganado por suas paixões, e neste sentido, não consente um uso impróprio ou imoral de qualquer capacidade. Pelo contrário, consente a inclinação de exercer influência sobre outras pessoas, e, neste caso, de exercer a prudência. Existe, portanto, uma diferença por um lado entre realizar as inclinações, e, por outro lado, consentir e ser dominado (tapeado) pelas paixões.

Observamos assim, uma vez que o homem é tapeado pela *ambição*, pelo *desejo de dominação* e pela *cobiça*, que ele já não está agindo de forma sábia, mas sim, conforme a paixão, de forma esperta e imoral. Embora Kant tenha usado o termo *Klugheit* num sentido em que podemos traduzir por *esperteza*, veremos mais adiante que este emprego do conceito não reflete o que ele quis de fato dizer por prudência. Neste caso, a prudência, que tem um papel diante da inclinação, na disciplina desta, já não é mais prudência quando não é capaz de exercer domínio sobre a paixão, é neste sentido que devemos considerar aquilo que chamamos de imprudência. Quando observamos em outras passagens o que Kant quer dizer por prudência, veremos que o uso dela deve ser consoante com o exercício da sabedoria, e que em nenhum momento ele afirma que o exercício da sabedoria e o uso da prudência são coisas excludentes. Pelo contrário, seria difícil compreendermos como poderíamos ser felizes sem a prudência, pois ela exerce um papel que jamais a sabedoria poderia desempenhar, uma vez que Kant afirma o seguinte em *A religião nos limites da simples razão*:

As inclinações naturais, *consideradas em si mesmas*, são boas, i.e., irrepreensíveis, e pretender extirpá-las não só é vão, mas também prejudicial e censurável; pelo contrário, há apenas que domá-las para que não se aniquilem umas às outras, mas possam ser levadas à consonância num todo chamado felicidade. Mas a razão que tal leva a cabo chama-se prudência (RGV, 6: 58).

A prudência nesta passagem apresenta um sentido diferente daquele de exercer influência e usar os outros para seu propósito. Seu sentido não é negativo nem contrário

à moralidade, pelo contrário, o termo *Klugheit* joga aqui um papel positivo em levar as inclinações para uma consonância, um todo harmônico unificado. É importante ressaltar que a riqueza e a multiplicidade de sentidos do termo *Klugheit* na obra de Kant não deve ser tido como a causa de qualquer interpretação “negativa” acerca destes sentidos. Qualquer sentido possivelmente negativo é muito mais o resultado de algum mal-entendido ou de uma leitura preliminar sobre este conceito. Na verdade, devemos lembrar que todos os sentidos que o termo prudência carrega na obra de Kant são sentidos positivos, nunca contrários à moralidade e prejudiciais ao homem.

Assim, é desta forma que consideramos que a prudência é compatível com a sabedoria. Por outro lado, queremos ressaltar que Kant fez dois usos diferentes da palavra *Klugheit* no § 84 de sua *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Quando ele escreve que a inclinação de ter influência sobre os homens se aproxima da razão técnico-prática, das máximas de prudência [*Klugheitsmaxiem*], ele quis caracterizar a capacidade de exercer influência sobre os homens *sem que isto seja resultante de uma paixão*. Aqui, a prudência não tem nenhuma relação com atos contrários à lei moral, mas é conforme a sabedoria, pois seria *impossível* viver de forma sábia em um mundo sensível prescindindo de todas as máximas de prudência. Assim, a presença da prudência não exclui a sabedoria e nem esta exclui que os sujeitos apliquem máximas de prudência. No entanto, algumas linhas depois, Kant faz uso da palavra *Klugheit* pela segunda vez, porém para se referir a esta como aquilo “com que se pode manipular os tolos” (*Anth*, 7: 271), portanto, com um significado “irracional” e imoral<sup>3</sup>.

Diante deste duplo uso distinto para o mesmo aspecto da prudência enquanto uma habilidade de influenciar os outros, notamos que o primeiro uso do termo *Klugheit* é diametralmente oposto ao segundo. Pois neste não devemos tratar aquilo que Kant nomeou por *Klugheit* como algo capaz de coexistir com a sabedoria, mas como completamente contrário à moralidade, algo propriamente da esfera da astúcia ou da esperteza. Assim, teria Kant feito um uso equivocado da palavra *Klugheit* para se referir a um comportamento que é da esfera da astúcia [*Verschlagenheit*]? Pensamos que sim, assim como também pensamos que isso tenha influenciado e contribuído fortemente na interpretação negativa de alguns autores, embora acreditamos que uma leitura restrita e incompleta sobre este conceito tenha contribuído também para perpetuar este sentido

<sup>3</sup> “[...] aber wir reden hier auch nicht von Weisheit, welche gar keine Leindenschaften verstattet, sondern nur von der Klugheit, mit welcher man die Narren handgaben kann“ (*Anth*, 7: 271).

negativo. Na realidade, entendemos que é estranho que possa existir duas prudências, dois usos contrários dentro de um mesmo aspecto (exercer influência sobre os outros), com funções contraditórias, uma positiva e outra negativa, uma conforme a moral e a outra completamente imoral. Preferimos pensar que não há duas coisas ou duas formas de aplicar a prudência, mas existe *apenas a prudência como uma capacidade racional*, que como tal, busca *justificar suas ações sem se contradizer*.

Para entender isso, lembremos uma outra passagem da antropologia onde Kant diz: “A *astúcia*, manha e malícia (*versutia, astucia*), é a habilidade de enganar outros” (Anth, 7: 205)<sup>4</sup>. Notemos que Kant nos fornece três termos distintos para quem engana os outros, que são: *Verschlagenheit, Verschmitztheit, Schlaugigkeit*, conforme o texto original. Neste sentido, se “manipular os tolos” é uma habilidade de “enganar os outros”, ou seja, astúcia, manha e malícia, então concluímos que isto não tem nenhuma relação com a prudência. Por outro lado, o próprio Kant defende a prudência em defesa daqueles que são enganados, pois ele mesmo afirma o seguinte: “É justo e prudente [*klug*] que eu nunca mais confie em quem me enganou uma vez, pois ele está corrompido em seus princípios” (Anth, 7: 205). Podemos, assim, perceber que aquele que engana e tenta manipular, é com este que devemos ter total prudência, palavra que aqui não se confunde com esperteza e seu correlatos. Se, por um lado, existe uma capacidade de influenciar os outros através de máximas de prudência, as quais coexistem com uma vida pautada na sabedoria, por outro lado existe uma *habilidade de enganar os outros* que se chama *astúcia*, a qual contraria a sabedoria.

Além do mais, devemos também observar que a palavra prudência adquiriu com Kant o sentido que estava antes relacionado à palavra sabedoria tanto nos escritos de Wolff como presente também nos textos de Baumgarten. Como nos diz Schwaiger (2002), o feito histórico de Kant em relação ao domínio da tradição de ensino wolffiana também consistiu em libertar a prudência de sua posição de subordinação e dependência da sabedoria<sup>5</sup>. Ou seja, para Wolff a prudência tinha sua função ou exercício subordinada à orientação da sabedoria. Ela (a prudência) era vista por Wolff apenas como uma virtude da execução [*Ausführungstugend*], e para Baumgarten era um tipo de

<sup>4</sup> „Die Verschlagenheit, Verschmitztheit, Schlaugigkeit (versutia, astutia) ist die Geschicklichkeit, Andere zu betrügen“ (Anth, 7: 205).

<sup>5</sup> „Die historische Leistung Kants gegenüber der vorangehenden, lange Zeit beherrschende wolffianischen Lehrtradition besteht zuallererst darin, dass die Klugheit aus ihrer untergeordneten Stellung befreit und aus ihrer Abhängigkeit von der Weisheit entlassen wird“ (SCHWAIGER, 2002, p. 149).

jogo da ‘sapiencia’<sup>6</sup>. A sabedoria, enquanto uma capacidade teórica, consiste na otimização da relação entre meios e fins; tal sabedoria para Wolff incluía para além da reta intenção, a escolha hábil dos meios, e a prudência era uma virtude prática para executar bem os meios escolhidos<sup>7</sup>.

Por sua vez, Baumgarten discute a prudência em relação à questão teológica da sabedoria divina. Esta perspectiva leva a uma definição forte da prudência, mas também em relação à Wolff conduz a uma adaptada relação de determinação da prudência e da sabedoria. O discernimento se aplica no contexto dos fins enquanto sabedoria, assim como se aplica no contexto dos meios enquanto prudência<sup>8</sup>. Na realidade, Kant adquiriu uma distância crítica daqueles filósofos, mas é possível ver que ele na primeira metade da década de sessenta, nas anotações de *Filosofia Prática* de Herder, ainda está influenciado por uma concepção onde a sabedoria escolhe os fins e a prudência os meios<sup>9</sup>. Além disso, na *Moralphilosophie Collins*, uma das *Lições de Ética* datada a partir de meados da década de oitenta, a mesma revela também que a prudência já assume a partir de então competências que eram exclusivas da sabedoria em seus predecessores<sup>10</sup>. Podemos notar através destas duas lições, que de uma década para outra as concepções de Kant sobre a prudência mudaram. Mas essa mudança e

<sup>6</sup> “Wolff vermochte in der ‚prudentia‘ allein eine Ausführungstugend zu sehen, Baumgarten lediglich eine Spielart der ‚sapientia‘ [...] Kant indes versucht, sie zwischen den Klippen mangelnder Theoriefähigkeit auf der einen Seite und mangelnder Selbständigkeit auf der anderen Seite hindurchzusteern“ (SCHWAIGER, 2002, p. 149).

<sup>7</sup> “Weisheit als eher theoretische Befähigung besteht in der Optimierung des Zusammenhangs von Mitteln und Zielen; sie schließt neben der Richtigkeit der Absichten auch die geschickte Wahl der Mittel ein. Klugheit als eher praktische Tugend dagegen ist die “Fertigkeit weislich [=weise] erwelthe Mittel wohl auszuführen“ (SCHWAIGER, 2002, p. 151).

<sup>8</sup> „Er [Baumgarten] thematisiert die Klugheitsproblematik [...], nämlich im Kontext der metaphysischen oder genauer theologischen Frage nach der Weisheit Gottes. Aus dieser veränderten Perspektive ergibt sich nicht nur eine stärker theoriehaltige Definition des Klugheitsbegriffs, sondern auch eine gegenüber Wolff abgewandelte Verhältnisbestimmung von Weisheit und Klugheit“ (SCHWAIGER, 2002, p. 152).

<sup>9</sup> Como podemos perceber, Kant, conforme as anotações de Herder, assinala funções bem específicas tanto para a prudência quanto para a sabedoria, ainda nas suas aulas do período da década de 60: „Weisheit und Klugheit sind verschieden: — Ein Mann von vieler Klugheit kann Zwecke wählen zu denen er seine Mittel aufs beste wählt ohne doch weise zu seyn: d. i. einen guten Zweck gewählt zu haben: — Weisheit wählt Zwecke: und macht Thoren Klugheit wählt Mittel; und im Gegenteil Narren [...] Nur Affekten machen uns oft zu Thoren; ob wir gleich die größte Klugheit dabei beweisen können: — Leidenschaften sind der Weisheit am meisten entgegen“ (*V-PP/Herder*, 27: 36).

<sup>10</sup> Na década de 80 em diante, a prudência seleciona tanto os fins como também cuida dos meios, distintamente de como pensava Wolff e Baumgarten: „Zur Regel der Klugheit wird 2erley erfordert: den Zweck selber zu bestimmen, und denn, den Gebrauch der Mittel zu diesem Zwecke. Es gehört also dazu eine Regel der Beurtheilung deßen, was zur Glückseligkeit gehört, und die Regel des Gebrauchs der Mittel zu dieser Glückseligkeit. Die Klugheit ist also eine Fertigkeit den Zweck und auch die Mittel zureichend zu bestimmen. [...] Die Imperativi der Klugheit gebieten nicht unter einer problematischen Bedingung, sondern unter einer abertorischen allgemeinen nothwendigen Bedingung, die bey allen Menschen ist“ (*V-Mol/Collins*, 27: 246).

autonomia da prudência não a torna uma capacidade contrária ou desarticulada com a noção de sabedoria em Kant, e nem representa uma subversão das funções que estavam antes no conceito de sabedoria em seus predecessores.

Além disso, devemos ter em mente, o que Kant afirma ainda na Antropologia: “A capacidade do homem inteligente de utilizar aquelas inclinações para seus propósitos deve ser, por isso, relativamente tanto menor quanto maior é a paixão que domina os outros homens” (*Anth*, 7: 272) Em outras palavras, não há como exercer influência sobre os outros, quando estes estão dominados pela paixão. A paixão presente nos outros impede que possamos contar com eles para alcançar fins racionalmente justificáveis. Ainda no que tange a ação da paixão, Kant diz ao falar sobre o desejo de dominação que “Esta paixão é, em si, injusta e sua exteriorização põe tudo contra ela [...]”; depois, ainda de acordo com ele, o desejo de dominação “é sempre um meio duvidoso e injusto de utilizar outros homens para os próprios propósitos, porque em parte leva à resistência e é *imprudente* [*unklug*], em parte é contrária à liberdade sob leis, que todos podem reivindicar, e é *injusta*” (*Anth*, 7: 273).

Esta confusão em torno da prudência, como se ela fosse uma espécie de esperteza em Kant, pode ser também encontrada na interpretação de outros estudiosos acerca da prudência, como numa passagem escrita por Kain (2003), em seu artigo *Prudential Reason in Kant's Anthropology*. Neste célebre artigo, ele defende que a prudência é uma capacidade racional não moral e que ela pode funcionar de forma independente das normas e das capacidades morais do sujeito. A autonomia da prudência diante da moralidade é observada por Kain através de várias passagens das *Lições de Antropologia*, onde ele extrai várias evidências textuais. A prudência é uma capacidade prática distintiva e de acordo com ela um agente pode agir racionalmente ou irracionalmente, sem que esteja cumprindo ou ferindo princípios racionais morais, mas apenas princípios racionais. Agir com prudência não dependeria de fundamentos ou diretrizes morais, tese esta razoável, pois alguém pode agir com prudência, embora o valor de seu ato independa de qualquer valor moral.

Dito isso, Kain explica através de um curioso exemplo que alguém pode agir irracionalmente, e, como ele mesmo diz, de forma imprudente, mesmo que esta irracionalidade nada tenha a ver com agir imoralmente. O valor de seu ato irracional e imprudente não se sustenta ou se fundamenta em uma capacidade moral e nem numa



norma categórica. Para explicar isso, ele retoma um exemplo onde crítica a visão corrente de que a irracionalidade imprudente depende de uma irracionalidade moral, dizendo o seguinte: “Paralelo a irracionalidade da desonestidade, pareceria que não haveria nenhuma irracionalidade adicional manifestada por um imprudente ladrão que foi pego porque sentou-se para assistir televisão na casa que ele estava roubando” (2003, p. 231)<sup>11</sup>. Para Kain, a imprudência do ladrão ao sentar e assistir televisão é uma forma de irracionalidade (imprudência) que não é julgada como tal por causa de parâmetros morais. Em outras palavras, na visão dele o ladrão poderia ter sido prudente ao deixar a casa sem que sua racionalidade prudencial dependesse de qualquer raciocínio e pressuposto moral.

Este exemplo, extraído originalmente de Foot (2001), afirma que o ladrão foi imprudente porque ele não se apressou em deixar a casa. Mas a autora do exemplo conta-nos que no fundo o ladrão não teria agido de todo modo bem (well) mesmo se ele tivesse evitado a sua imprudência, e isto, porque ele perseguia na realidade um fim desonesto<sup>12</sup>. A irracionalidade da imprudência do ladrão é julgada por parâmetros morais pela autora, ao passo que para Kain há uma irracionalidade distinta e independente da racionalidade moral, racionalidade aquela que falhou em sua imprudência. Mas onde está a má interpretação a respeito da prudência tanto em Kain quanto em Foot? O equívoco de ambos os autores está em pensar que dentro de uma concepção kantiana da prudência um ladrão pode entrar numa casa, roubar, ter sucesso em seu roubo e ainda ser considerado prudente. Em nosso entendimento, o ladrão não usou uma habilidade prudencial, mas ele se valeu da habilidade astuta de enganar o proprietário da casa.

Para Kant, agir com prudência significa agir evitando contradições, significa agir evitando os contrassensos que são causados pelas paixões e afecções. Alguém que tenta se apropriar ilegalmente de objetos que não são seus não está agindo de forma prudente,

---

<sup>11</sup> “Aside from the unreasonableness of dishonesty, it would seem, there would be no further irrationality manifested by an imprudent “burglar who was caught because he sat down to watch television in the house he was burgling” (KAIN, 2003, p. 331).

<sup>12</sup> “There is no doubt but that there are different kinds of cases of contrary-to-reason-ness, and not surprisingly it is possible to contravene rationality in more than one way at the same time. I once read of a burglar who was caught because he sat down to watch television in the house he was burgling, thus adding the contrary-to-reasonness of imprudence to that of dishonesty. Because his actions were faulty in that he did not hurry away with the swag, we can say, if we like, that he *should* have done so. It does not follow, however, that he would have acted well if he had avoided imprudence, because no one can act with full practical rationality in the pursuit of a bad end” (FOOT, 2001, p.14).

alguém que entra numa casa sem autorização não pode ser considerado prudente. Além disso, alguém que arrisca ser preso pela polícia mediante um crime jamais poderia ser visto como prudente. Sujeitos que praticam estes atos estão agindo segundo seu desejo de enganar, através da esperteza e da malícia. Embora a prudência seja uma forma de racionalidade diferente da moralidade e independente desta, não significa que para Kant na prudência “tudo vale, tudo pode”. Pelo contrário, a prudência está de olho nos efeitos, nas consequências e nas pseudo-vantagens.

Neste sentido, observemos bem o que Kant diz na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, ao falar sobre máximas de prudência: “Com efeito, se me afastar do princípio do dever, é certíssimo que isso é mau; se renego a minha máxima de prudência, isso pode sim, às vezes, ser muito vantajoso para mim, muito embora, na verdade, seja mais seguro ater-me a ela” (*GMS*, 4: 403). Notemos que, para Kant, a máxima de prudência não contém todas as vantagens; pelo contrário, ela limita as vantagens (é preciso renegá-la para algumas vezes se ter mais vantagens); assim, a própria razão prudencial recomenda que é mais seguro ficar com tais máximas, abrir mão de certas vantagens, pois nem toda vantagem é racional. Ademais, é deveras estranho pensar que o ladrão teria sido prudente se tivesse apressado em sair da casa, e isto, exatamente porque sua entrada na mesma não se deu de modo algum de forma prudente. Depois, o ladrão não é imprudente porque sentou para assistir televisão, isso leva falsamente a entender que ele estava agindo anteriormente de forma prudente e que de repente deixou sua prudência de lado, como se fosse uma máxima de prudência “roubar e na sequência sair correndo” e fosse uma imprudência “roubar e na sequência assistir televisão”.

Portanto, ressaltamos aqui que a prudência não está a serviço da paixão, de ações contraditórias e nem de pseudo-vantagens que implicam ter que enganar os outros. Toda vez que interpretamos a prudência através deste errôneo aspecto estamos afastando este conceito de seu devido lugar em relação a todos os demais conceitos que constituem a filosofia prática kantiana, conceitos estes que solidários e interconectados buscam compreender o funcionamento de sua teoria. Antes, notemos que a paixão por si só é contraditória, e neste aspecto, que a prudência não consiste em ser uma habilidade capaz de alimentar qualquer aspecto contraditório de nosso comportamento ou de se associar com qualquer paixão. Portanto, quaisquer considerações teóricas sobre a prudência

devem ser bem ponderadas, a fim de termos uma noção mais clara e justa da prudência nos escritos de Kant<sup>13</sup>.

## **2. A capacidade de influenciar os outros e o conceito de natureza humana enquanto uma espécie capaz de espreitar os pensamentos alheios, mas conter os seus**

Muitas vezes observamos que interpretações lançadas sobre a prudência são de cunho muito restrito e até mesmo equivocadas quando olhamos de perto a perspectiva de alguns comentadores. Na realidade, a prudência se encontra nos textos de Kant dotada de sentidos diferentes, mas seria oportuno comentar aqui, certa interpretação referida por Cohen (2008), interpretação a respeito da atitude prudencial que aplicamos em relação aos outros<sup>14</sup>. Num de seus artigos cujo tema central é a antropologia pragmática, ao destacar o segundo nível de práxis da ação humana, ou seja, aquilo que Kant se refere por disposição pragmática, notamos que a prudência é tida como uma capacidade de fazer uso dos outros, pois o próprio Kant declara em sua *Antropologia* o seguinte: “Entre os *habitantes vivos da terra*, o ser humano é notoriamente diferente de todos os demais [...] por sua disposição pragmática (de utilizar habilmente outros homens em prol de suas intenções) [...]” (*Anth*, 7: 322). Esta capacidade que aparece em outros escritos kantianos e que muitas vezes é objeto de interpretação, acaba por vezes se passando por uma espécie de habilidade negativa, consequência de uma estreita análise da mesma.

Assim, tendo em vista esta citação, é curioso notar como Cohen extrai conclusões que são bastante questionáveis, pois a atitude prudencial de um dado sujeito

<sup>13</sup> Devemos registrar que Wood, anos depois em seu livro lançado em 2014, ainda tem uma visão de que Kant não parece compreender as bases racionais da prudência como ele mesmo escreve: “In fact, Kant’s account of prudential reason seems conspicuously confused, and the confusions, occasioned by his haste to align it with instrumental reason under the heading of a hypothetical imperative, lead him to distort the nature of prudential reason, preventing him even from asking the questions he needs to ask in order to give a defensible account of the rational basis of prudence.” (WOOD, 2014, p. 60). A fim de compreendermos melhor o que Kant quer dizer pelo termo *Klugheit*, no lugar de reputar toda consideração sobre a prudência como confusa, devemos primeiro entender que o termo *Klugheit* possui na obra de Kant vários sentidos atribuídos pelo próprio. Estes sentidos jogam um papel importante em toda a filosofia prática de Kant, não apenas para felicidade do homem, mas estão relacionados também a concepção de uma antropologia pragmática, a capacidade de julgar, a disciplina das inclinações e não podemos esquecer que estes sentidos jogam um papel crucial para a vida moral do sujeito. A fim de melhor conhecer estes sentidos, confira a tese intitulada: *A Prudência na Filosofia Prática de Kant* (MUNIZ, 2019).

<sup>14</sup> COHEN, Alix A. (2008). Kant’s answer to the question ‘what is man?’ and its implications for anthropology. *Stud. Hist. Phil. Sci.* 39, pp. 506–514.

só poderia ser possivelmente exercida a partir de uma dada condição, já que a comentadora afirma o seguinte: “Pois sua atitude prudencial é feita possível pelo fato de que seus pensamentos, desejos e intenções tem de ser expressados e significados por uma variedade de sinais. Kant ilustra esta distintiva característica dos seres humanos com um experimento mental” (COHEN, 2008, p. 508)<sup>15</sup>. Na realidade, como a autora afirma, a prudência ou uma atitude prudencial só poderia ser aplicada se nossos pensamentos fossem expressos por sinais, por uma linguagem que pode encobrir nossas intenções, o que para isso ela busca suporte na seguinte passagem da antropologia kantiana, onde ele diz:

Bem poderia ser que nalgum outro planeta existam seres racionais que não possam pensar a não ser em voz alta, isto é: tanto em vigília quanto em sonho, em companhia ou a sós, eles não poderiam ter pensamentos sem ao mesmo tempo *exprimi-los*. [...] – Faz, pois, parte da composição original de uma criatura humana e do seu conceito de espécie espreitar os pensamentos alheios, mas conter os seus (*Anth*, 7: 332).

Diante desta passagem, Cohen compreende que o exercício da prudência se realiza com a condição de que nossos pensamentos fossem completamente velados e ocultos a todas as demais pessoas. Assim, como conclusão, a autora afirma que: “Ele [o homem] simplesmente não seria capaz de ocultar seus sentimentos e intenções, e não seria capaz de agir prudentemente no sentido de usar os outros para seu propósito [...]” (2008, p. 508). Esta incapacidade, de acordo com ela, estaria no fato de que é uma condição de possibilidade da prudência alegada por Kant, como a autora afirma: “[...] espreitar os pensamentos alheios, mas conter os seus” (2008, p. 508)<sup>16</sup>. Sobre esta interpretação feita acerca da prudência (enquanto uma capacidade de influenciar as pessoas em nome de seus próprios propósitos) e sobre a possibilidade de fazer uso da

<sup>15</sup> “For his prudential attitude is made possible by the fact that his thoughts, desires and intentions have to be expressed or signified indirectly by a variety of signs. Kant illustrates this distinctive feature of human beings with a thought experiment” (2008, p. 508).

<sup>16</sup> “He simply would not be able to conceal his feelings and intentions, and so would not be capable of acting prudentially in the sense of using others for his own purposes. [...] Thus, this being, which I would like to call the ‘sincere alien’, allows Kant to identify man’s duplicity— the gap between his being and his seeming—as one of his distinctive features and as a condition of possibility of prudence: ‘it is part of the original composition of a human creature, and it belongs to the concept of the species, to explore the thoughts of others, but to conceal one’s own’” (COHEN, 2008, p. 508).

mesma sob a condição de ocultarmos nossos pensamentos podemos fazer algumas observações, para tecermos algumas objeções.

Quando Kant em *Sobre a Pedagogia* faz menção à prudência, e diz especificamente que: “Se um jovem deve entregar-se à prudência, é preciso que se torne dissimulado e impenetrável e que saiba escutar os demais” (*Päd*, 9: 486), passagem esta que alude àquela citada por Cohen, devemos interpretar esta citação com bastante ponderação. Não devemos necessariamente ler nesta passagem como que dizendo, de acordo com Kant, que devemos esconder os nossos pensamentos porque eles refletem desejos e intenções imorais ou máximas não-permissíveis, as quais precisamos esconder dos outros a fim de que eles não percebam quando e como queremos tirar vantagens deles. Kant não está nos ensinando a sermos espertos, mas a sermos prudentes. Faz parte da *composição original da espécie humana* ocultar seus pensamentos e espreitar os pensamentos alheios. Assim, se por um lado a *habilidade de manipular* os outros (astúcia) pode tomar partido desta composição, por outro lado a prudência também pode se valer da mesma composição num sentido completamente contrário ao da astúcia.

Devemos lembrar que esta composição original, como Kant escreve, pode progredir para um comportamento reprovável do ponto de vista moral. Ele também nos diz na sequência de sua passagem que espreitar os pensamentos alheios, mas conter os seus, é “uma qualidade polida que não deixa de progredir gradualmente da *dissimulação* até o *engano* premeditado e, finalmente, até a *mentira*” (*Anth*, 7: 332). No entanto, o fato de ser uma qualidade polida não significa que seja imoral. Kant está falando de algo que faz parte da composição original e de uma qualidade sociável. É nesta esfera de coisas que a prudência atua. Contudo, se esta qualidade vem a se degenerar é então que uma outra habilidade entra em jogo, aquela de enganar, onde a mentira toma parte.

Antes, conter os pensamentos pode ser uma atitude prudente porque alguém pode se valer de informações que temos e fazer mau uso para tirar vantagem indevidas de nós. Ao mesmo tempo, podemos, se for o caso, espreitar os pensamentos alheios a fim de descobrir quando alguém quer nos prejudicar, e isto, a fim de que possamos nos defender ou defender outrem antecipadamente. Assim, “espreitar os pensamentos alheios e conter os próprios” não deve ser tomado como uma máxima imoral, tal como se agindo dessa forma pudéssemos estar *astutamente* exercendo influência e manipulando alguém. Um sujeito que estivesse interessado em manipular outrem, o que

para isso é necessário não revelar seus pensamentos, este já não estaria se servindo da prudência, mas estaria sob a influência de uma paixão. Assim, sob a influência desta última, embora alguém estivesse agindo mediante máximas, estas *não* seriam máximas de prudência, porque esta última não admite contradições e submissão aos caprichos da paixão.

Em sua antropologia, Kant escreve a seguinte definição “A inclinação que a razão do sujeito dificilmente pode dominar, ou não pode dominar de modo algum, é *paixão*”, depois, ele acrescenta que “Estar submetido a afecções e paixões é sempre uma *enfermidade da mente*, porque ambas excluem o domínio da razão” (*Anth*, 7: 251). É importante percebermos que a prudência enquanto uma *capacidade racional* exclui de sua concepção ter que ser governada e subordinada às paixões. A paixão, enquanto uma enfermidade da mente, por definição exclui a prudência porque aquela afeta a razão prudencial enganando a pessoa afetada e todas as outras que são vítimas de sua paixão. Uma vez afetada, a razão “debilitada” – excluída de seu domínio e subordinada à paixão – agirá (o que implica fazer uso de máximas) dentro da esfera de uma outra habilidade que Kant designou por outros nomes, como já vimos: *Verschlagenheit*, *Verschmitztheit* e *Schlauiigkeit*.

Na realidade, é oportuno lembrar que Kant não se refere à prudência de maneira explícita ao “mencionar seu experimento mental” na sua *Antropologia*, assim como fora comentado por Cohen. De todo modo, quando falamos de máxima de prudência em Kant estamos certamente a falar de máximas que aplicamos no trato com as pessoas, isso também implica por exemplo *perscrutar* o que as pessoas pensam, como é referido por ele em sua *Pedagogia*. Mas mesmo que o termo prudência não tenha alguma relação com a passagem citada, e que a conexão estabelecida por Cohen entre “influenciar os outros” e “revelar ou transparecer os pensamentos” seja incompatível, o que queremos notar é que tal incompatibilidade não é radical. A interpretação da autora mostra que é incompatível querer influenciar os outros ao mesmo tempo revelando seus próprios pensamentos e suas intenções, como se para influenciar os outros tivéssemos a necessidade de *esconder* alguma coisa ou como se toda razão para influenciar alguém tivesse um *mau intento*; contudo, esta não é a ideia de Kant quando ele trata do que ele entende por *Klugheit*.

Podemos e mesmo devemos buscar socorro em situações dramáticas e trágicas, bem como mobilizar e influenciar outras pessoas por ajuda e assistência. Isto não significa que queremos tirar vantagem de alguém. É possível influenciar alguém estabelecendo uma simples relação de troca, mutuamente aceitável, porque o que está em jogo interessa a ambas as partes. Em casos assim, o que existe é simplesmente uma barganha, onde as partes envolvidas dialogam para chegar a uma troca justa entre elas. Também podemos influenciar os outros mostrando nossas dificuldades, pois o outro pode se colocar em nosso lugar, e por esta razão, entender que tal apelo faz sentido e é necessário. Em todos estes casos, quem influencia para atingir seu intento, de algum modo está agindo com prudência.

Em um mundo onde os habitantes *pudessem ler as intenções e pensamentos uns dos outros* – mas que fossem seres *mutuamente dependentes*, seres finitos e dotados de necessidades e dificuldades diárias – seria *estranho pensar* que estes habitantes não tentassem convencer uns aos outros sobre suas limitações e sobre a necessidade por auxílio e ajuda. Seria estranho que eles não negociassem alguma coisa, não estivessem interessados a fazer alguma troca séria e justa. Seria absurdo pensar que todo mundo deixou de ser um meio para você alcançar um dado propósito e vice-versa (o que não significa ver as pessoas *apenas* como meio, pois cada um pode ser também um meio para os objetivos dos outros).

O mundo, como referido e interpretado por Cohen sob a luz das passagens kantianas, seria uma espécie de distopia. Um mundo onde as pessoas podem ler o pensamento dos outros, conhecer suas intenções, mas não poderiam tentar se aproximar delas, influenciá-las e nem pedir ajuda, um mundo onde cada um vive por sua própria conta e isolado de todo o resto. Assim, neste mundo distópico, a telepatia e as máximas de prudência seriam como que coisas incompatíveis. No entanto, o que defendemos aqui, é que mesmo num mundo onde todos pudessem ler os pensamentos dos outros, ainda assim haveria espaço para se pensar e agir com prudência, e isto, porque a prudência não tem nada a ver seja com a astúcia, com a esperteza e com a imoralidade.

Duas pessoas com intenções contrárias, que conhecessem mutuamente seus pensamentos e que tivessem ideias diferentes, elas ainda poderiam tentar convencer uma a outra, elas poderiam influenciar e defender seus pontos de vista em nome de algum propósito comum. Elas ainda poderiam fazer isso sem ser motivadas por qualquer

intenção imoral, lançando mão dos melhores meios racionais, o que para isso implicaria fazer uso da prudência. Neste sentido, a prudência como uma capacidade de influenciar, não deve ser tomada como algo que necessariamente dependa de que meus pensamentos e intenções estejam todos ocultos. Pensar desta forma, é deixar de perceber a prudência como uma capacidade potencialmente sociável, importante para a manutenção da ordem e da vida social dos homens. Pensar desta forma é mesmo dotar a prudência de um sentido marginal e negativo, como se a prudência se confundisse com a astúcia ou a esperteza, formas mal-intencionadas de comportamento.

Quando falamos de exercer influência sobre os outros, isso significa uma forma de atingir as demandas pessoais e coletivas dos diferentes sujeitos. Para ilustrarmos um caso em relação à Kant, notemos a observação que ele faz no posfácio de sua obra *Conflito das Faculdades*, onde ele chama a atenção do autor do livro *A Arte de prolongar a Vida humana*, sobre como os livros naquela época eram terrivelmente impressos e como isso prejudicava a visão dos leitores, a ponto de poder causar cegueira. Sobre esta observação, ele escreve o seguinte:

[...] move-se-lhes hoje, de todos os lados, uma caça por causa da miserável afectação dos impressores (pois as letras, como pinturas, nada de absolutamente belo têm em si); e para que semelhante mal, como em Marrocos, onde uma grande parte dos habitantes da cidade é cega devido ao reboco branco de todas as casas, não se propague também a nós por uma razão análoga, que se sujeitem antes os impressores às leis da polícia (*SF*, 7: 115).

Neste sentido, Kant está a tecer uma crítica a uma tendência da época, a qual se utilizava de caracteres nas impressões dos livros e de certos detalhes tidos por prejudiciais, além do que, temos que lembrar, ele mesmo nos conta que estava cego de seu olho esquerdo e temia perder a visão de seu olho direito. Seu apelo ao autor de *A Arte de prolongar a Vida humana* é reforçar a influência sobre o modo como os livros devem ser impressos, o que para isso, mesmo um pequeno texto tal como o seu posfácio (contendo algumas justificações) pode ser útil e, além do mais, um meio persuasivo. Podemos considerar que Kant possivelmente acreditava que um tal conselho inserido na obra *A Arte de prolongar a Vida humana* poderia exercer influência por sua vez sobre as leis da polícia [*Polizeigesetze*], a fim de definir regras saudáveis para as impressões dos livros. Assim, exemplos parecidos com este testemunham muitos modos distintos



de alcançar certos interesses pela via da influência. A partir deste exemplo, reconhecemos que a ideia de prudência está relacionada a fins de natureza pragmática. Estes fins em sua essência não são imorais, mas são fins relacionados à saúde, ao bem-estar, ao desenvolvimento de nossas disposições, fins que são moralmente permissíveis.

Dirigimos ou influenciemos os outros para nossos propósitos, assim como os outros podem alcançar seu fim pessoal através de nossa ajuda. Sobre isso, Kant nos dá um outro curioso exemplo em sua *Lição de Direito Natural [Naturrecht]*, onde ele diz: “o homem é também o fim da criação, mas ele também pode ser usado enquanto meio de um outro ser racional; no entanto, nunca é simplesmente meio, mas também simultaneamente fim, por exemplo: se o pedreiro serve enquanto meio para a construção de uma casa, assim sirvo a ele novamente como meio para adquirir dinheiro” (*V- NR/ Feyerabend*, 27: 1319, tradução nossa)<sup>17</sup>. Neste sentido, cada um tem uma demanda específica e cada um é para o outro o meio para alcançar seu objetivo. Eles negociarão suas vantagens e as condições em que tentarão servir um ao outro, de modo que é exatamente isso que Kant se refere ao falar da prudência como uma capacidade de exercer influência sobre os outros.

### **3. O caráter pragmático da capacidade de influenciar os outros e seu ensino na antropologia kantiana**

A prudência não apenas foi discutida por Kant na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, onde é identificada com o *imperativo pragmático*, mas também foi bastante discutida em suas *Lições de Antropologia*. Como Wilson (2013) declara, a prudência está situada no interior da antropologia pragmática, dado o fato de que Kant ministrava suas aulas com o fim de ajudar seus alunos a desenvolver esta capacidade. As aulas de antropologia eram ministradas junto às aulas de geografia enquanto instruções a fim de os estudantes desenvolverem boas relações com as pessoas, seja no ambiente doméstico, seja nos lugares mais distantes e diferentes do mundo. Segundo Wilson, Kant tomava a prudência como uma habilidade útil, pois como podemos notar nesta passagem:

---

<sup>17</sup> „[...] der Mensch ist also Zweck der Schöpfung; er kann aber auch wieder als Mittel von einem andern vernünftigen Wesen gebraucht werden, aber nie ist er bloß Mittel; sondern zu gleicher Zeit Zweck zE: wenn mir der Maurer dient als Mittel zum Bau eines Hauses, so diene ich ihm wieder als Mittel um Geld zu erlangen“ (*V- NR/ Feyerabend*, 27: 1319).

Da mesma forma, as lições de antropologia não foram ensinadas a partir de um ponto de vista fisiológico, o que tornaria elas filosofia escolástica, mas antes a partir de um ponto de vista pragmático e, portanto, com um fim específico, a saber, desenvolver a habilidade de prudência (*Klugheit*) nos alunos. As duas disciplinas deveriam ser úteis na medida em que elas davam ao estudante conhecimento do mundo e desenvolvia suas habilidades para relacionar-se com pessoas em terras distantes ou em casa (WILSON, 2013, p. 766, tradução nossa)<sup>18</sup>.

O desenvolvimento das relações humanas, de acordo com Wilson, parece antes ser uma tarefa cujo o trabalho é delegado também à prudência. Mas a prudência, a qual é investigada no interior da antropologia pragmática, e o conhecimento antropológico, de um modo geral aliado à geografia, parecem ter um propósito ainda maior. Pois aquela capacidade joga um papel fundamental na realização dos fins que são essenciais para a vida humana, uma vez que Wilson afirma que:

Kant diz que a geografia física e a antropologia pragmática são úteis, mas de que modo elas são úteis para cada pessoa? Em um sentido, poderíamos dizer que são úteis na medida em que ensinam a habilidade da prudência e, ao contrário de uma habilidade técnica específica, é uma habilidade universalmente necessária para a realização dos fins essenciais da vida humana, a saber, a felicidade. Kant define a prudência como a capacidade de usar outros seres humanos como um meio para os próprios fins (WILSON, 2013, p. 766, tradução nossa)<sup>19</sup>.

Nesta perspectiva, a prudência joga um papel decisivo na concretização de determinados fins essenciais na existência dos sujeitos, mas estes em sua maioria não se realizam de forma isolada, mas dependem de nossa capacidade de articulação com os outros. A necessidade de articulação também se dá seja porque estamos numa sociedade caracterizada pela insociabilidade, seja porque os homens desejam alcançar seus fins e

---

<sup>18</sup> “Likewise, the anthropology lectures were not taught from a physiological point of view, which would make them scholastic philosophy, but rather from a pragmatic point of view and hence with a specific end in mind, namely, to develop the skill of prudence (*Klugheit*) in students. The two disciplines were to be useful in that they gave the student knowledge of the world and developed their skills for relating to people either in distant lands or at home” (2013, p. 766).

<sup>19</sup> “Kant says that physical geography and pragmatic anthropology are useful but in what way are they useful for everyone? In one sense we could say they are useful in that they teach the skill of prudence and, unlike a specific technical skill, it is a skill universally necessary for the achievement of the essential ends of human life, namely, happiness. Kant defines prudence as the ability to use other human beings as a means to one’s own ends” (2013, p. 766).

isso implica o surgimento de conflitos de interesse entre eles. Ou ainda, seja porque as pessoas podem ser um meio fundamental, sem que com isso elas sejam tidas somente como um meio para os propósitos dos outros. Na realidade, Wilson mostra que esta característica de influenciar os outros não pode ser interpretada como uma forma necessária de manipulação, um mau uso da prudência, pois como ela diz:

Quando olhamos atentamente para a Antropologia desde um ponto de vista pragmático, vemos Kant mostrando aos alunos que, para usar as pessoas, eles devem olhar além da superfície porque as pessoas escondem seus motivos internos. Quando alguém sabe o que motiva uma pessoa, então ela se encontra na posição de usar aquela pessoa tornando esse incentivo presente. Claro, isso não significa necessariamente manipulá-los, embora Kant nos diga que é o que a pessoa habilidosa faz (WILSON, 2013, p. 767, tradução nossa)<sup>20</sup>.

Notemos aqui, que a comentadora toca no mesmo ponto discutido anteriormente, o uso estranho que Kant faz do termo *prudência* enquanto uma habilidade de manipular os tolos. A relação entre prudência e manipulação, como deixada por Kant em seu texto, leva alguns comentadores a suspeitar de um caráter dúbio da prudência, como se esta fosse dotada de um traço negativo. Porém, comentamos anteriormente que este foi um uso infeliz do termo *Klugheit* feito por ele, pois mostramos de acordo com o próprio texto, que o uso da prudência é feito para nos proteger da astúcia: da habilidade que manipula e engana as pessoas. Assim, não é possível que ele estivesse preocupado em ensinar para seus alunos como eles deveriam manipular outras pessoas, apenas porque o termo prudência, como lembra Wilson, foi mencionado por Kant para se referir àqueles que manipulam os tolos. Uma leitura mais comedida leva-nos a concluir que é uma contradição evidente pensar que se ele estava interessado em ensinar como viver de forma prudente ou quão importante é para o homem a prudência, ele estivesse antes profundamente interessado em ensinar como os homens poderiam manipular uns aos outros por meio da prudência.

Seria uma contradição, em primeiro lugar, porque ao usar a prudência com o objetivo principal de manipular outras pessoas e ao propagar o ensino da prudência

---

<sup>20</sup> “When we look carefully at the *Anthropology from a Pragmatic Point of View*, we see Kant showing his students that in order to use people they must look beyond the surface because people conceal their inner motives. When one knows what motivates a person, then one is in a position to use that person by making that incentive present. Of course, this does not necessarily mean to manipulate them, although Kant tells us that is what the crafty person does” (2013, p.767).

como uma arma de manipulação, no final, cada pessoa instruída que buscasse manipular uma outra, teria seu objetivo frustrado por alguém igualmente prudente. O ensino geral da prudência que se pretendesse como uma arte de manipular eliminaria seu próprio fim e contradiria a si mesmo. O ensino da prudência, enquanto instrumento manipulador, neutralizaria seu próprio intento. No entanto, se pensarmos a prudência não como uma arte de manipular, mas de se defender da manipulação, como uma arte de precaução e de cuidados, então aqui ela não neutraliza seu objetivo de escapar das artimanhas dos outros. Se a prudência é concebida e ensinada para manipular, então seu ensino e sua propagação vai na direção contrária ao seu intento.

Além disso, como poderia Kant, preocupado com o desenvolvimento moral dos seres humanos, ser a favor de uma manipulação dos homens entre eles mesmos, manipulação esta imoral e contrária à vocação ou destinação da natureza humana. Como poderia Kant ministrar aulas de filosofia moral e ao mesmo tempo uma habilidade de enganar os outros. Isso seria uma grande contradição. Assim, quando tratamos de uma habilidade para usar os outros imoralmente, estamos a falar da *habilidade de enganar*, isto é, da *astúcia*. Seria equivocado pensar que ele estivesse interessado em ensinar a *astúcia* em suas *Lições de antropologia*. Não devemos admitir que este seja o verdadeiro sentido da prudência no interior do ensino kantiano, seja em suas *Lições de Antropologia* ou mesmo diante da totalidade de sua filosofia prática, especialmente em qualquer relação com sua filosofia prático moral.

A prudência não é uma capacidade sem implicações positivas para o cumprimento da moralidade, uma capacidade que trata as pessoas como um simples instrumento a serviço de vantagens pessoais e desconectada com as relações e o bem-estar social. Na realidade, devemos entender a prudência como uma disposição sociável do homem, capaz de afastá-lo de sua natureza animal e de tornar os homens mais sociáveis. É neste sentido, que é compreensível entender o aprimoramento e o ensino da prudência como algo inserido no contexto da antropologia pragmática. Neste contexto, o papel da antropologia é de fato mostrar um caminho para o florescimento das disposições originárias no homem, o que revelaria o equívoco que é reputar a prudência a um papel negativo, como se os homens ao serem influenciados fossem apenas passivos e não tivessem nenhum papel ativo em sua educação e em sua destinação.

Neste sentido, Martins (2004), nos faz a seguinte observação sobre o ato de exercer influência e utilizar os homens neste contexto pragmático:

E quando Kant se refere a “como se pode utilizar o outro em seu proveito” (VII: 312), deve ser levado em consideração que o emprego por ele dos termos “uso”, “utilizar” e “proveito” não apresenta nenhuma pretensão no sentido de manipulação das relações humanas. Estes termos não dizem respeito, a uma concepção do homem como meio, devido ao fato de o ser humano não ser, na antropologia pragmática, entendido como simples objeto. Se fosse assim, ele seria posto como “passivo”, muito ao contrário, nessa obra ele é sempre compreendido como “autofim” (*Selbstzweck*) e “ativo”: “por maior que possa ser sua propensão animal a se abandonar *passivamente* aos atrativos da comodidade e do bem-estar, que ele denomina felicidade, ele está destinado a se tornar *ativamente* digno da humanidade na luta com os obstáculos que a rudeza de sua natureza põe para ele (VII: 324-5) (MARTINS, 2004, p. 135)<sup>21</sup>.

O exercício da prudência no sentido de influenciar não está dissociado do papel ativo que cada sujeito tem para consigo próprio e para com sua destinação. Quando Kant afirma na *Antropologia* que o homem é dotado de três tipos de disposição – técnica, pragmática e moral – e assim afirma que na disposição pragmática esta consiste em “utilizar habilmente outros homens em prol de suas intenções” (*Anth*, 7: 322), ele não está afirmando que os homens são apenas passivos e desprovidos de liberdade. Nem muito menos está dizendo que há uma disposição para que os homens manipulem uns aos outros. Na realidade, o próprio termo pragmático é um termo usado por Kant com diferentes sentidos. Embora não seja nosso propósito aqui discutir cada um deles, lembremos que o termo pragmático, que caracteriza sua antropologia (em distinção à fisiológica e escolástica), não significa uma antropologia cujo objeto é a manipulação dos seres humanos. Assim, por exemplo, Loudon (2006) observa que o termo pragmático em Kant está relacionado ao sentido de “prudencial” e como “envolvendo o uso dos outros”. Ele afirma que a antropologia pragmática é também referida por Kant como uma doutrina de prudência [*Klugheitslehre*] e que “seu uso primário se refere à habilidade de promover o bem estar e a felicidade do próprio sujeito assim como a dos outros” (2006, p. 556)<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> Martins, C. A. (2004). A antropologia kantiana e a Antropologia de um ponto de vista pragmático. *Discurso*, (34), pp. 125-44.

<sup>22</sup> “Finally, pragmatic anthropology is also a doctrine of prudence, a *Klugheitslehre*. Kant sometimes uses “prudence” to refer to the skillful use of others [...] but his primary use refers to the ability to use one’s

É importante enfatizar que o termo pragmático não implica uma junção entre manipulação e passividade, pois, na visão da antropologia kantiana, o homem não é um objeto meramente manipulável e apenas passivo aos interesses alheios. Neste sentido, segundo as palavras referidas acima por Martins, o desejo de Kant não é fazer do homem, por meio de sua investigação e de suas aulas sobre antropologia, um ser pronto e capaz de manipular todos os outros e a cegamente obedecer às paixões dos outros. Depois, nem muito menos seu objetivo é tornar a prudência uma capacidade para alcançar qualquer intuito que deprecia o gênero humano, pois Kant mesmo afirma, que o horizonte de suas aulas parece ser mesmo o conhecimento do mundo [*Weltkenntnis*], algo que podemos perceber já em sua *Carta a Marcus Herz*, em 1773, quando ele escreve:

Eu li a resenha da antropologia de Platner ... meu plano é totalmente outro. A intenção que eu tenho é, por meio dela, [atingir] a origem de todas as ciências que discutem o hábito [presente na] capacidade das relações do método humano, de formar e reger todo o âmbito prático. Procuro mais os fenômenos e suas leis que as primeiras causas da possibilidade da modificação da natureza humana em geral [...] Entretanto, trabalho para, com isso, diante de meus olhos, tornar muito agradável a doutrina da observação, um exercício preliminar da habilidade, da prudência e mesmo da sabedoria diante do jovem acadêmico, que mais próximo da geografia física diferencia-se de toda outra instrução, e [para] o conhecimento do mundo poder saber (10: 138-9 – Carta a Marcus Herz, 1773)<sup>23</sup>.

Tendo em vista sua mensagem endereçada à Herz, as aulas de antropologia permitiam Kant fazer junto com seus alunos “um exercício preliminar da habilidade, da prudência e mesmo da sabedoria”. Tal exercício como vamos perceber em sua *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, irá culminar com o objetivo maior de conduzir o homem a sua destinação, ou seja, orientar o homem para que ele possa “se tornar *ativamente* digno da humanidade na luta com os obstáculos que a rudeza de sua natureza põe para ele” (*Anth*, 7: 324-5). Para tornar-se digno da humanidade o homem precisa ter em mão o uso do conhecimento do mundo, pois uma coisa é *conhecer o mundo* e outra é *tomar parte dele, possuir o mundo* (*Anth*, 7: 120). O *conhecimento do*

---

knowledge of human nature in order to promote the welfare and happiness of oneself as well as others” (LOUDEN, 2006, p. 356).

<sup>23</sup> Tradução de Clélia Aparecida Martins, citação extraída de seu artigo Martins, C. A. (2004). A antropologia kantiana e a Antropologia de um ponto de vista pragmático. *Discurso*, (34), pp. 125-44.

*mundo* para o qual convergem todas as habilidades e conhecimentos é para que seja aplicado ao objeto mais importante no mundo, ou seja: o *ser humano*, e isto, “porque ele [o ser humano] é seu próprio fim último” (*Anth*, 7: 190). Quem quiser tomar parte no mundo, o que implica entrar em relação com todos os demais seres humanos, terá que fazer uso do conhecimento do mundo e, neste sentido, fazer uso não apenas da sabedoria, mas também da prudência. É neste aspecto, que a prudência tem um papel positivo na destinação dos seres humanos, pois ela também é uma capacidade aplicada contra os obstáculos que impedem a realização de sua destinação como é o caso de sua rudeza animal.

#### **4. O uso da influência sobre os outros na pedagogia kantiana e seu uso enquanto uma condição subjetiva para a promoção da moralidade**

Com relação ao pensamento pedagógico de Kant, deixado em sua obra *Sobre a Pedagogia*, observamos que ele também ressalta o papel da prudência no plano da educação, como algo que pode auxiliar o desenvolvimento moral da criança. Neste ponto, também podemos observar de que forma opera a influência que um ser humano pode exercer sobre um outro. No entanto, devemos ter em mente, que a criança ainda não tem as devidas condições de entender as puras representações do dever. Isso antes dependerá do amadurecimento dela. Na realidade, quando se trata de exercer uma educação moral, Kant diz que é preciso antes exercer tal ação sobre as inclinações das crianças, sem que isto envolva, à princípio, qualquer reflexão moral por parte do infante – reflexão esta, que só acontecerá tempos depois. Como Kant mesmo afirma em sua pedagogia: “Sempre se diz que as coisas devem ser apresentadas às crianças de tal modo que as cumpram por inclinação, o que é bom em muitos casos; entretanto, muitas coisas devem ser-lhes prescritas como dever” (*Päd*, 9: 482). Ademais, notamos que Kant afirma que a criança não está em condições de entender seu dever, algo que será mesmo difícil para a ela, e que só será possível com certo tempo, pois como ele afirma:

Supondo-se que a criança não entenda o dever, melhor assim; e, supondo-se que algo seja dever dela, por ser criança, ela verá que é seu dever como ser humano, ainda que dificilmente. Se chega a compreender também isso, o que só é possível com o passar dos anos, sua obediência será ainda mais perfeita (*Päd*, 9: 482).

Assim, a educação moral não se inicia por uma reflexão moral e um esforço virtuoso por parte da criança. Não obstante, é bom em muitos casos, que seus deveres sejam cumpridos pela inclinação, ou seja, *conforme* ao dever, como Kant assim observou. Dificilmente a criança verá tais mandamentos como relacionados às puras ideias prescritas pela razão prática pura, o que para isso é preciso do curso do tempo e do amadurecimento da criança. No entanto, não podemos deixar de notar, que é necessário exercer influência sobre a criança, influência como Kant afirma, por meio da punição sobre as transgressões, o que de certa forma nos faz refletir se esta influência não está antes em consonância com um outro significado que a prudência tem, ou seja, aquele de exercer influência sobre os outros para alcançar certo propósito. Assim, sobre a influência por meio da punição moral, vejamos o que Kant diz em sua pedagogia:

Toda transgressão de uma ordem por parte da criança é defeito de obediência, que acarreta punição. [...] A punição é *física* ou *moral*. É *moral*, quando vai contra nossa inclinação de sermos honrados e amados, sentimentos [*Neigung*] estes que são dois auxiliares da moralidade [*Hilfsmittel der Moralität*], quando a criança é humilhada ou recebida com frieza glacial. [...] Esse é também o melhor tipo de pena, porque auxilia a moralidade” (*Päd*, 9: 482)<sup>24</sup>.

Notemos que em dois momentos da passagem, Kant fala sobre “auxílios a moralidade” (o que nos faz lembrar a definição de antropologia moral). Em sua *Metafísica dos Costumes*, ele afirma que a natureza humana deve ser estudada por uma antropologia moral, a qual “conteria as condições subjetivas tanto impeditivas como favorecedoras da *realização* das leis”, neste caso, das leis de uma metafísica dos costumes. Sobre esta antropologia, ele ainda acrescenta na mesma passagem que ela conteria “a produção, a difusão e consolidação dos princípios morais (na educação e no ensino escolar e popular)” (*MS*, 6: 216). Em outras palavras, ela buscaria a partir de nossa interpretação, por exemplo, compreender quais condições subjetivas impeditivas e favorecedoras presentes na criança são importantes para a sua educação, e como tais condições podem vir a ser utilizadas preliminarmente na compreensão dos deveres por parte do infante.

<sup>24</sup> „Alle Übertretung eines Gebotes bei einem Kinde ist eine Ermangelung des Gehorams, und diese zieht Strafe nach sich [...] Diese Strafe ist entweder physisch oder moralisch. Moralisch straf man, wenn man der Neigung, geehrt und geliebt zu werden, Hilfsmittel der Moralität sind, Abbruch thut, z.E. wenn man das Kind beschämt, ihn frostig und kalt begegnet. [...] Daher ist diese Art zu strafen die beste, weil sie der Moralität zu Hülfe kommt [...]” (*Päd*, 9: 482).



Assim, Kant apontou na sua pedagogia para a existência de sentimentos que auxiliam a moralidade. Antes, estes sentimentos são manuseados pelos adultos *com o fim de exercer alguma influência* no ânimo da criança, influência orientada *a posteriori*, pela experiência e pelo conhecimento sobre a natureza humana (portanto, um conhecimento de caráter antropológico). Estes sentimentos, que já se encontram naturalmente na criança, serão úteis aos pais e educadores se estes souberem manejá-los. Não basta apenas que estes sentimentos existam na criança. É preciso prudência por parte dos educadores e pais para lidar com eles e constituir regras que dirijam as inclinações e promovam a educação moral das crianças. Estas regras tem por finalidade *influenciar outros seres humanos*, a fim de estabelecer um convívio harmonioso, onde as crianças tornem-se obedientes e disciplinadas, onde elas mesmas possam depois começar a disciplinar suas inclinações e impor limites e regras a si próprias. Depois, estes mesmos sentimentos estão presentes também na vida adulta e jogam um importante papel na capacidade de exercer influência sobre os homens, de modo que se os homens não agem determinados pelo dever, poderão mediante tais sentimentos ao menos agir conforme ao dever.

Quando defendemos que tudo isto está relacionado com a prudência, devemos ter em consideração certa concepção de prudência que encontramos, e.g., na *Lição de Antropologia Menschenkunde*, onde Kant diz que: “A prudência está portanto baseada meramente no conhecimento do ser humano, por meio do qual nós estamos em posição de dirigir os outros de acordo com nossos propósitos” (*V-Anth/Mensch*, 25: 855).<sup>25</sup> Mesmo em sua *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant afirma que o homem é diferente de todas as coisas “por sua disposição pragmática (de utilizar habilmente outros homens em prol de suas intenções) (*Anth*, 7: 322)”, esta passagem se articula ainda com uma outra, onde ele escreve: “II A *disposição pragmática* da civilização por meio da cultura [...] – O ser humano é capaz e necessita de uma educação, tanto no sentido de uma instrução quanto no da obediência (disciplina)” (*Anth*, 7: 324). Se o propósito no desenvolvimento das disposições pragmáticas é também a questão da educação e da disciplina entre os homens, a chamada punição moral apontada por Kant é antes um meio de exercer influência sobre as inclinações das crianças, e isto, a fim de poder dirigi-las de forma correta em sua educação.

<sup>25</sup> “Die Klugheit beruht also bloß in der Kenntniß des Menschen, vermöge welcher wir Andere nach unserer Absicht zu lenken im Stande sind” (*V-Anth/ Mensch* 25: 855)

Ademais, a educação também tem por objetivo exercer este efeito de influência sobre as crianças, para que elas possam se tornar igualmente prudentes, tal como Kant igualmente afirma: “A educação deve também cuidar para que o homem se torne prudente [*klug*], que ele permaneça em seu lugar na sociedade e que seja querido e tenha influência” (*Päd*, 9: 450). Tendo em vista estas citações, é possível pensar que estes sentimentos, aquele de ser amado e admirado pelos outros, embora estejam em certa medida longe de serem comparados com o *sentimento de respeito* à lei moral, ambos os sentimentos são na realidade *auxiliares da moralidade*. No entanto, não basta que tais sentimentos existam no homem, é preciso fazer uso deles e aplicá-los para algum propósito, é preciso despertá-los e assim usá-los para o fim de melhor conduzir a educação dos homens.

Na verdade, esta passagem onde Kant nos fala sobre a inclinação de sermos honrados e amados se alinha com uma outra passagem que encontramos em sua antropologia, na qual ele nos diz: “Tomar o homem *civilizado* em sua posição social não quer dizer exatamente tanto quanto formá-lo *como homem eticamente bom* (como homem moral), mas o prepara para tal pelo esforço de satisfazer os outros no estado em que se encontra (tornar-se querido ou admirado) (*Anth*, 7: 244). Neste sentido, as inclinações de ser amado e admirado jogam um papel na infância e na vida entre os homens que não pode ser ignorado, de modo que estas inclinações são apenas úteis quando julgadas e aplicadas junto à prudência, a fim de que sejam direcionadas aos mais altos propósitos da razão.

## Conclusão

Assim, podemos empreender das reflexões feitas neste artigo, que a prudência enquanto uma capacidade de exercer influência sobre os homens não foi admitida por Kant enquanto uma capacidade para ser tomada num sentido negativo, tal como se se tratasse da esperteza ou da astúcia. Ela não está relacionada à paixão, mas pode se harmonizar com a sabedoria e com os mais legítimos interesses pragmáticos do homem. Observamos que Kant não apenas indica a existência de uma *habilidade de enganar* como também designa tal habilidade através de nomes mais adequados, o que pode desfazer certos desentendimentos. Vimos também que de um ponto de vista antropológico faz parte da composição original do ser humano e de sua espécie espreitar

os pensamentos alheios e ocultar o seu, embora isso não exclua a prudência e isso não tenha um sentido negativo. Mesmo Kant em suas aulas de antropologia difundiu a prudência entre os tópicos de seu ensino, bem como sabemos que a prudência (enquanto capacidade de exercer influência e usar os outros) constitui parte de sua educação pragmática presente em sua pedagogia. Por fim, ilustramos como a capacidade de exercer influência pode ser útil na disciplina das crianças, e neste sentido, como tal capacidade atua naquilo que Kant chamou de sentimentos auxiliares, os quais são usados como elementos preparatórios para o desenvolvimento da moralidade.

### Referências

COHEN, Alix A. (2008). Kant's answer to the question 'what is man?' and its implications for anthropology. *Stud. Hist. Phil. Sci.* 39, pp. 506–514.

FOOT, Philippa. (2001). *Natural Goodness*, Oxford: Oxford University Press.

KAIN, Patrick. (2003). *Prudential Reason in Kant's Anthropology*. In: *Essays on Kant's Anthropology*. Edited by Brian Jacobs and Patrick Kain. New York: Cambridge University Press.

KANT, Immanuel. (1900ff.). *Gesammelte Schriften*. Hrsg.: Bd. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24 Akademie der Wissenschaften zu Göttingen.

\_\_\_\_\_. (1798). *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*. Antropologia de um ponto de vista pragmático. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

\_\_\_\_\_. (1785). *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Trad. Guido Antônio de Almeida. Discurso Editorial, Barcarola. 2010.

\_\_\_\_\_. (1798). *Der Streit der Fakultäten*. O Conflito das Faculdades. Tradução Artur Morão, Porto, Edições 70, 2008.

\_\_\_\_\_. (1803). *Pädagogik [Rink]*. Sobre a pedagogia. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1996.

\_\_\_\_\_. (1793). *Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft*. A religião nos limites da simples razão. Trad. de Artur Moura. Lisboa: Edições 70, 1992.

\_\_\_\_\_. (1797). *Die Metaphysik der Sitten*. Metafísica dos Costumes. Trad. Clélia Aparecida Martins, Bruno Nadai, Diego Kosbiau, Monique Hulschof. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. (1784-1785). *Vorlesungen über Moralphilosophie, Moralphilosophie Collins*. Bd. 27.

\_\_\_\_\_. (1762-1764). *Vorlesungen über Moralphilosophie, Praktische Philosophie Herder*. Bd. 27

\_\_\_\_\_. (1781-1782). *Vorlesung Anthropologie, Menschenkunde*. Bd. 25.

\_\_\_\_\_. (1784). *Naturrecht Feyerabend*. Bd. 27.

LOUDEN, Robert B. (2006). Applying Kant's ethics: the role of anthropology. In: BIRD, Graham (Ed.). *A companion to Kant*. Malden: Blackwell Publishing, cap. 23, pp. 350-363.

MARTINS, Clélia A. (2004). A antropologia kantiana e a Antropologia de um ponto de vista pragmático. *Discurso*, v. 34, pp. 125-44.

MUNIZ, Luís G. das M. (2019). *A Prudência na Filosofia Prática de Kant*. Campinas: UNICAMP, 2019, 431 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SCHWAIGER, Clemens. (2002). Klugheit bei Kant: Metamorphosen eines Schlüsselbegriffs der praktischen Philosophie. *Aufklärung*, Vol. 14, Themenschwerpunkt: AUFKLÄRUNG UND ANTHROPOLOGIE, pp. 147-159.

WILSON, Holly L. (2013). Is Kant's Wordly Concept of Philosophy really Regional Philosophy?. In: Stefano Bacin, Alfredo Ferrarin, Claudio La Rocca, Margit Ruffing (Hrsg.): *Kant und die Philosophie in Weltbürgerlicher Absicht*. Akten des XI. Internationalen Kant-Kongresses. Berlin/ New York, pp.763-772.

WOOD, Allen W. (1991). Unsociable Sociability: The Anthropological Basis of Kantian Ethics Philosophical Topics", 19, No. 1, *Modern Philosophy*, pp. 325-351.

\_\_\_\_\_. (2014). *The Free Development of Each. Studies on Freedom, Right, and Ehtics in Classical German Philosophy*. Oxford: Oxford University Press.

Artigo recebido em: 20.07.2020

Artigo aprovado em: 24.09.2020